

## **UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A GESTÃO ESTRATÉGICA DO PODER JUDICIÁRIO, FUNDAMENTADAS PELO CONCEITO DE GOVERNO ELETRÔNICO E *ACCOUNTABILITY*: uma análise do TJ/SC.**

Lucas Vinícius dos Santos Tavares<sup>1</sup>, Luiza Moriggi da Silva<sup>2</sup>, Danice Benchimol<sup>3</sup>, Augusto Barbosa Arraes<sup>4</sup>, Mariana Mezzaroba<sup>5</sup>, Gisiela Klein<sup>6</sup>, Carlos Roberto De Rolt<sup>7</sup>, Adrian Sanchez Abraham<sup>8</sup>, Orides Mezzaroba<sup>9</sup>, Aires José Rover<sup>10</sup>, Clerilei Bier<sup>11</sup>

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Administração Empresarial ESAG - PROBIC/UDESC

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Administração Pública ESAG - PROBIC/UDESC

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Economia ESAG - PROBIC/UDESC

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Administração Empresarial ESAG

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento UFSC

<sup>6</sup> Acadêmica do Curso de Mestrado em Administração ESAG/UDESC

<sup>7</sup> Professor Departamento de Pós-Graduação ESAG

<sup>8</sup> Professor Departamento de Administração Empresarial ESAG

<sup>9</sup> Professor Participante do Departamento de Direito UFSC

<sup>10</sup> Professor Participante do Departamento de Direito UFSC

<sup>11</sup> Orientadora, Departamento de Administração Empresarial ESAG – [clerilei@gmail.com](mailto:clerilei@gmail.com)

**Palavras-chaves:** Poder Judiciário. TIC. Accountability

O objetivo deste projeto de pesquisa é analisar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na Gestão Estratégica do Poder Judiciário brasileiro. A fim de estudar as metas de gestão estratégica desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conceitos de Governo Eletrônico e Accountability no Poder Judiciário são abordados. Um estudo documental descritivo das metas do CNJ também foi feito, levantando sete objetivos da Resolução n.70/2009 do CNJ não contemplados em nenhuma meta do CNJ para os tribunais no período de 2009 a 2014. Visando encontrar ações que se referissem aos objetivos não estipulados pelas metas do CNJ, uma busca nos portais dos tribunais estaduais da região Sul foi realizada. Após a análise de conteúdo nos portais, foi verificada uma ausência de metas de gestão relacionadas à implementação de ferramentas de controle do tipo accountability e transparência durante o período de 2009 a 2014, como também o uso precário das TICs para a Gestão Estratégica do Poder Judiciário.

A criação do CNJ, além de objetivar a busca de uma justiça mais célere e mais efetiva, reconheceu a capacidade investigatória do mesmo perante o Judiciário, bem como sua capacidade de influenciar as políticas públicas judiciárias. O Conselho possui como objetivo fundamental aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, e para isso o mesmo expede atos normativos, recomendações e diretrizes. As principais diretrizes podem ser resumidas em: Prestação de Serviços ao Cidadão, Eficiência dos Serviços Judiciais, Moralidade e Inovar na gestão dos Tribunais brasileiros. Neste último tópico, foi proposto a implementação de um Planejamento Estratégico no Poder Judiciário, que começou a estabelecer metas a serem cumpridas pelos

tribunais e a punir os membros do Judiciário que não as cumprissem (SAUERBRONN e LODI, 2012). Este Mapa Estratégico do CNJ estabelece um padrão de gerenciamento cujo pressuposto é a utilização eficiente de recursos orçamentários, visando ao desenvolvimento de competências e atitudes profissionais e ao incremento no uso de tecnologias da informação (Relatório Anual do CNJ, 2014. p.32). Também existe a preocupação com a Responsabilidade Social e comunicação com o público externo. Nesta pesquisa optou-se por realizar um mapeamento das metas anuais do CNJ, dos objetivos da Resolução nº 70/2009 e dos respectivos indicadores estabelecidos, para identificar em que medida as metas do CNJ, voltadas à eficiência da prestação jurisdicional, norteariam as ações locais dos tribunais e limitaram a implantação de instrumentos de *accountability* e de transparência, no âmbito das iniciativas desenvolvidas pelos Tribunais de Justiça Estaduais. Estas ferramentas de controle de resultados são um grande exemplo de *accountability*, pois além de ser uma ferramenta gerencial, possibilita também o aumento do controle dos cidadãos sobre todo o processo (CENEVIVA, 2006). Isto ganhou grande destaque principalmente após a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Segundo Castells (1999), a internet possibilitou o estabelecimento de um novo tipo de relação entre cidadãos e governos com a disposição de informações sobre os atos e gastos públicos, em qualquer tempo ou lugar e com baixo custo. Esta dinâmica fez emergir o conceito de Governo Eletrônico, que nasceu através do *New Public Management* (NPM) na década de 90 e pode ser distinguido através de duas vertentes: aquelas que veem as Tecnologias da Informação e Comunicação como instrumento para a melhora da eficiência e aquelas que veem as TIC's como instrumento para melhorar a participação (PIANA, 2007). Aplicando os preceitos de Governo Eletrônico ao poder Judiciário, tem-se claramente a modernização deste poder e sua tentativa de democratização do acesso à justiça e aproximação da sociedade. As Metas Anuais do CNJ, por exemplo, norteam as ações dos tribunais, principalmente no que se refere à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação. Muitas são as metas e indicadores já propostos desde 2009. Por isso a necessidade de acompanhamento e modernização das próprias metas propostas aos Tribunais. Uma delas é a tramitação de processos de forma totalmente digital. Jiménez (2014) afirma que a incorporação dos princípios de governo eletrônico pelo sistema judicial seria um passo na direção de aproximar a justiça da cidadania.

Nos primeiros meses deste projeto, elaborei fichamentos de alguns artigos utilizados para fundamentação teórica. Logo após fiquei responsável pela análise do portal virtual do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde verifiquei se as metas propostas pelo CNJ estavam sendo acompanhadas e à disposição da população. Pude concluir que o portal do TJSC é bastante intuitivo, de fácil acesso e transparente – apesar de ter encontrado alguns erros em planilhas orçamentárias. A grande maioria dos indicadores e metas do CNJ está disponível para análise no portal.